



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador
SCS, Quadra 4, Bloco A, 6º Andar, Ed. Principal
70.304-000 Brasília-DF
Tel. (61) 3213.8081 Fax. (61) 3213.8484

Relatório: Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Ceará

Elaboração:
Gabriela Freire Martins
Analista Técnica de Políticas Sociais
Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos – Vigipeq
Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental- CGVAM
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador – SVS/MS

Sumário

Introdução	3
Agrotóxicos no Ceará	4
Intoxicações por agrotóxicos no Ceará	5
Fortalecimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Ceará	7
Proposta estadual de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos	7
Plano Estadual de ação conjunta em agrotóxicos do estado do Ceará	8
Plano Plurianual 2012-2015 do Estado do Ceará	9
Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos nos instrumentos de planejamento do Ceará	9
Municípios prioritários no Ceará	10
Execução de ações de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos	11
Agrotóxicos na água para consumo humano no Ceará	13
Considerações finais	14

Introdução

Desde 2008, o Brasil se destaca por ser o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, detendo 19% da participação no mercado internacional. Entre 2000 e 2010, o mercado nacional de agrotóxicos registrou crescimento de 190%, enquanto o mercado mundial cresceu 93%¹. Em cinco anos, a taxa de consumo de agrotóxicos no Brasil quase dobrou, passando de 10,11 kg/ha em 2007 para 18,57 kg/ha em 2012².

Assim, o uso de agrotóxicos tem sido intensificado nos meio urbano e rural, de modo que a população pode ser exposta a partir do meio ambiente, da água e dos alimentos contaminados, ou através das atividades laborais. Entre as inúmeras atividades que utilizam esses compostos destacam-se a agropecuária, a produção industrial, as madeireiras, a silvicultura, o manejo florestal, a preservação de estradas, a saúde pública, o controle de algas e a desinsetização.

Devido à sua toxicidade intrínseca, os agrotóxicos impactam na saúde humana, produzindo efeitos que variam conforme o princípio ativo, a dose absorvida e a forma de exposição. As consequências descritas na literatura englobam as alergias; os distúrbios gastrintestinais, respiratórios, endócrinos, reprodutivos e neurológicos; as neoplasias; as mortes acidentais; e os suicídios³. Os grupos mais vulneráveis a esses efeitos deletérios são os trabalhadores diretamente envolvidos com agrotóxicos, bem como as crianças, as grávidas, os lactentes, os idosos e os indivíduos com saúde debilitada.

Os agrotóxicos extrapolam, portanto, a questão ambiental e constituem um importante problema de saúde pública. Em face disso, a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos busca a efetivação de ações integradas de prevenção, promoção, vigilância e atenção à saúde de populações expostas – aqui compreendidos não só os trabalhadores, mas também as comunidades afetadas pela contaminação do ar, do solo, da água e dos alimentos.

¹ANVISA, UFPR. Relatório ANVISA – UFPR sobre Mercado e Regulação de Agrotóxicos. Brasília: ANVISA, 2012.

²AGROFIT e IBGE, 2012.

³World Health Organization. Exposure to Highly Hazardous Pesticides: a Major Public Health Concern. Geneva: WHO, 2010.

Agrotóxicos no Ceará

O Ceará ocupa a décima terceira posição do ranking de estados consumidores de agrotóxicos no país⁴. De 2007 a 2012, apesar das oscilações, sua taxa de consumo passou de 0,91 kg/ha para 7,29 kg/ha, enquanto a área plantada se manteve na ordem de 2 milhões de hectares (Tabela 1). Esse perfil de consumo desproporcional à área plantada se deve, entre outros fatores, ao aumento da produtividade agrícola, alcançado graças à introdução de novas tecnologias e ao melhor aproveitamento de insumos⁵.

Tabela 1 – Taxa de consumo de agrotóxicos e área plantada – Ceará, 2007 a 2012.

CEARÁ	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Área plantada (hectare)	1.942.332	2.013.268	2.076.295	1.837.447	2.084.945	1.732.234
Taxa de consumo de agrotóxico (kg/ha)	0,91	0,89	0,75	5,05	6,48	7,29

Fonte: IBGE e AGROFIT.

Nesse contexto, os pequenos produtores chamam atenção por sua suscetibilidade ao uso inadequado de agrotóxicos, tendo em vista seu reduzido acesso à informação e às novas tecnologias. No Ceará, a agricultura familiar representa 90% dos estabelecimentos agropecuários e ocupa 970 mil pessoas, que produzem, principalmente, milho, feijão, arroz e mandioca.⁶ Na safra de 2012, essas culturas correspondiam a, aproximadamente, 65% dos cultivos cearenses (Figura 1).

⁴Agrofit/MAPA, 2012.

⁵FORNAZIER, Armando; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Heterogeneidade Estrutural na Produção Agropecuária: uma comparação da produtividade total dos fatores no Brasil e nos Estados Unidos. Brasília: IPEA, 2013. (Texto para Discussão nº 1819).

⁶FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES, Vicente P.M. de Azevedo. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. Brasília: MDA, 2009

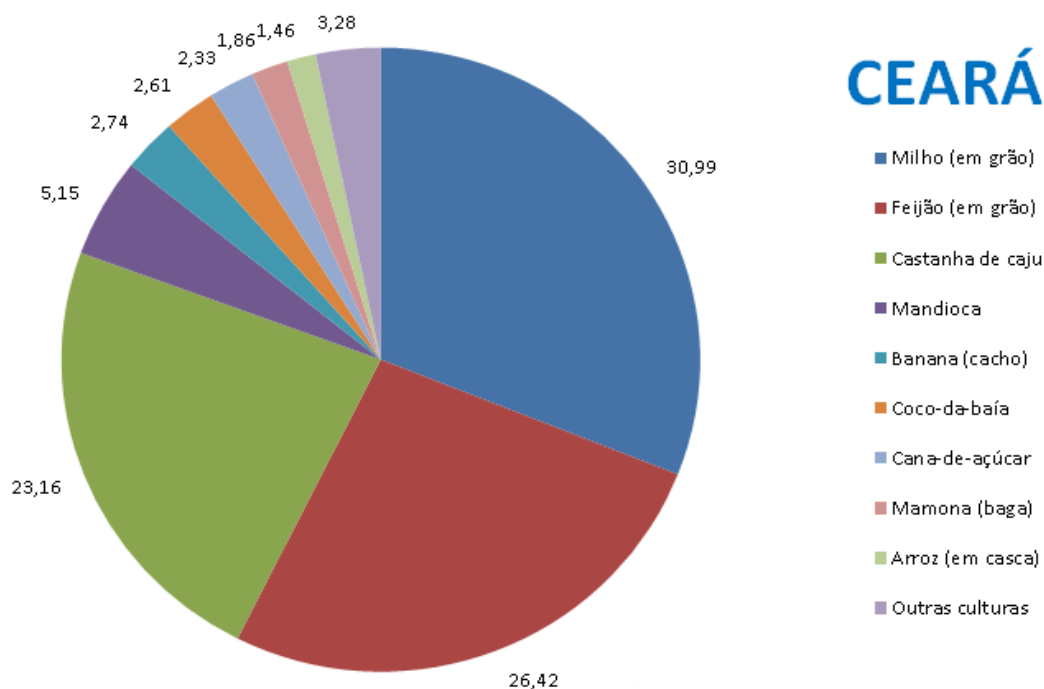


Figura 1: Principais culturas – Ceará, 2012. Fonte: SIDRA/IBGE.

Por fim, o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA), da ANVISA, monitora os resíduos de agrotóxicos nos alimentos, a fim de proteger os consumidores de produtos agrícolas, inclusive nas cidades. Em 2012, o percentual de amostras de alimentos insatisfatórias para consumo foi de cerca de 20%⁷.

Intoxicações por agrotóxicos no Ceará

No Ceará, a incidência de intoxicações exógenas não acompanhou, proporcionalmente, a taxa de consumo de agrotóxicos de 2007 a 2012 (Figura 2). Entre 2009 e 2010, a taxa de consumo apresentou crescimento explosivo, de mais de 570%, passando de 0,75 kg/ha para 5,05 kg/ha, enquanto a incidência de intoxicações cresceu 90%. Respeitadas as devidas proporções, essa disparidade persistiu nos anos seguintes: entre 2010 e 2012, a taxa de consumo aumentou em 44%, enquanto a incidência de intoxicações por agrotóxicos cresceu apenas 10%.

⁷ ANVISA. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) – Relatório de atividades de 2011 e 2012. Brasília: ANVISA, 2013.

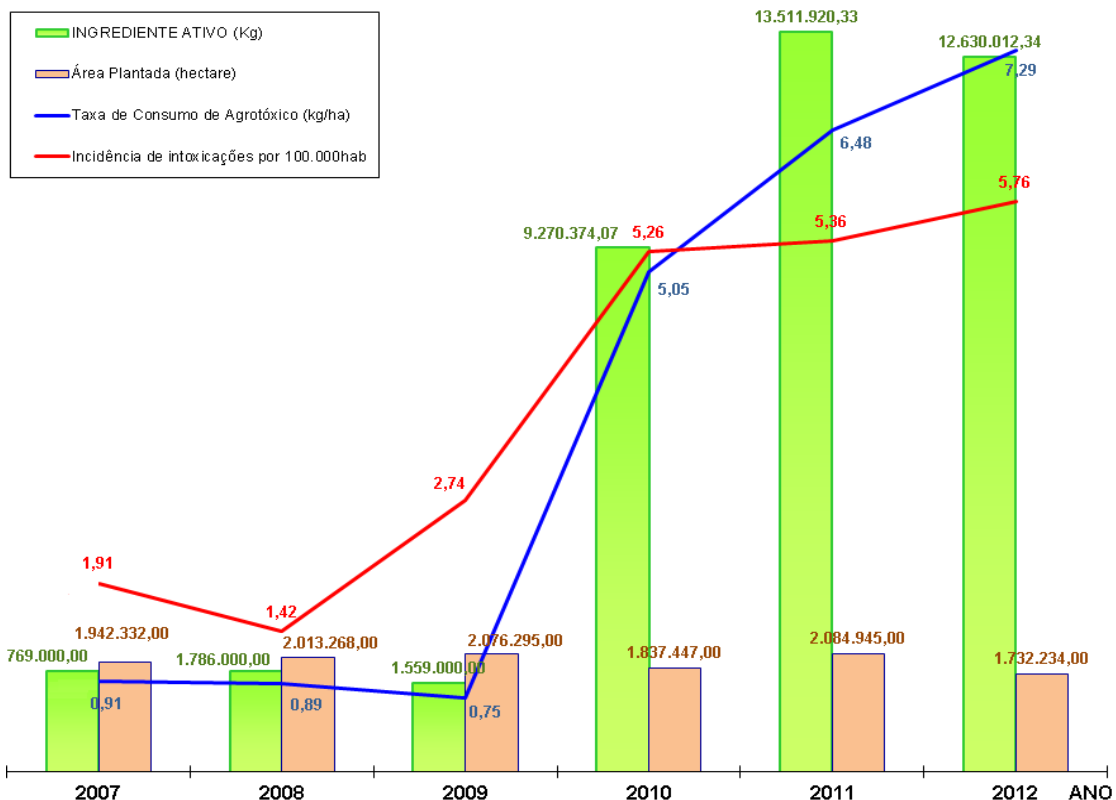


Figura 2: Consumo de agrotóxicos e intoxicações registradas no SINAN, Ceará - 2007 a 2012⁸.

Assim, apesar da existência de um fluxo regular de notificações, o número de intoxicações registradas provavelmente está aquém da realidade. Dos 184 municípios cearenses, apenas 48 notificaram no SINAN no período analisado. Dentre esses, menos da metade apresentou mais de 10 notificações. Destacam-se Fortaleza e Sobral, que possuem o maior número de registros (Figura 3).

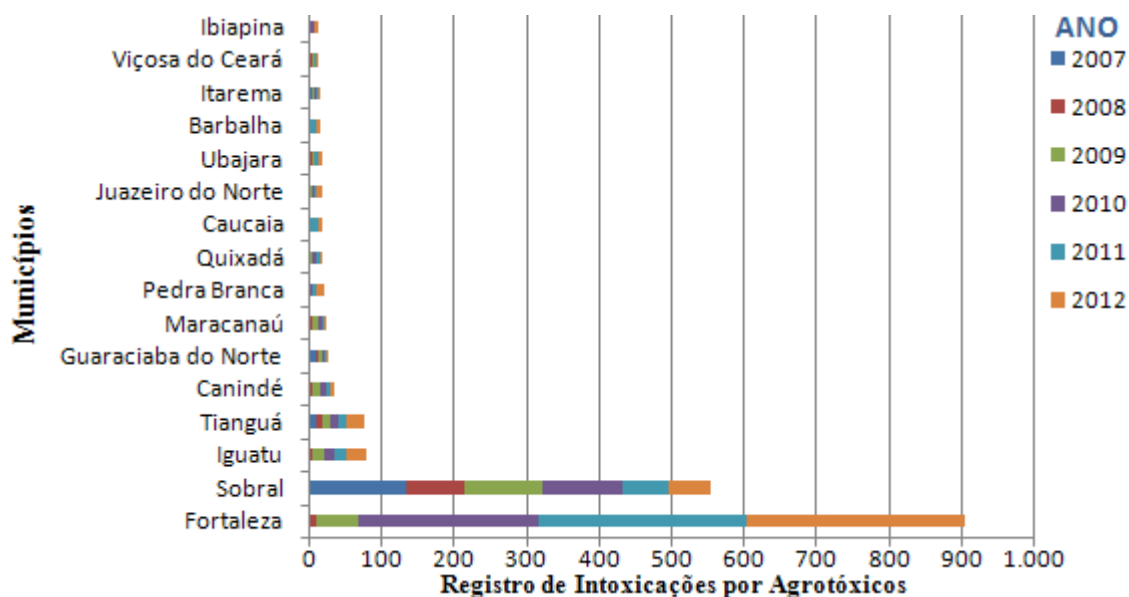


Figura 3: Municípios que notificaram intoxicação por agrotóxicos no SINAN, Ceará - 2007 a 2012⁹.

⁸ Fonte: SINAN, IBGE e AGROFIT. Os dados referentes ao ano de 2012 são parciais. Consulta em 13/03/2014.

Nesse sentido, cabe ressaltar que as intoxicações exógenas por agrotóxicos integram a Lista de Notificação Compulsória (LNC) e devem ser notificadas semanalmente no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)¹⁰ por qualquer profissional de saúde ou responsável pelos estabelecimentos de saúde ou ensino.

Fortalecimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Ceará

Visando ao fortalecimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, a Portaria nº 2.938/GM/MS, de 20 de dezembro de 2012 autorizou o repasse automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Estaduais e do Distrito Federal, de modo que o Ceará recebeu \$900.000,00 (novecentos mil reais). Em face disso, recomendou-se a elaboração da proposta estadual de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos e sua subsequente pactuação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB). Como base para a elaboração desse documento, a CGVAM disponibilizou o *“Instrutivo Operacional de Vigilância de Populações Expostas a Agrotóxicos”*¹¹, que traça diretrizes para a implementação dessa Vigilância.

Proposta estadual de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos

Em 2013, o Núcleo de Vigilância Ambiental da SESA disponibilizou a versão preliminar da *“Proposta Estadual de Ações de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos”*. Essa Proposta se baseou nos seguintes itens:

1. Plano Estadual de Ação Conjunta em Agrotóxicos, do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM);
2. Encaminhamentos da Reunião sobre o Programa de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos;
3. Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos; e
4. Orientações Técnicas para o Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano.

⁹Consulta em 17/03/2014.

¹⁰BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.271, de 06 de junho de 2014. Diário Oficial da União nº 108, Seção 1, págs. 67 a 69, de 9 de junho de 2014.

¹¹ Documento aprovado pelo Grupo de Trabalho de Vigilância em Saúde (GTVS), da CIT.

Em 2014, o Núcleo de Vigilância Ambiental afirmou que a proposta já havia sido finalizada. No entanto, a versão final não foi encaminhada à CGVAM até o momento. Também não há informações com relação à possibilidade de pactuação na CIB. Ao que tudo indica, o Ceará vem trabalhando, principalmente, em função do “*Plano Estadual de Ação Conjunta em Agrotóxicos do Estado do Ceará*”, com foco no monitoramento de resíduos na água para consumo humano.

Plano Estadual de ação conjunta em agrotóxicos do estado do Ceará

Em 2010, o Governo do Estado do Ceará, através do CONPAM, buscou harmonizar as ações de controle e monitoramento do uso de agrotóxicos. Para isso, publicou o “*Plano Estadual de Ação Conjunta em Agrotóxicos do Estado do Ceará*”, que atribui à SESA cinco competências:

1. Realizar a amostragem de alimentos para a determinação analítica dos resíduos remanescentes de agrotóxicos;
2. Registrar e fiscalizar os prestadores de serviços na aplicação de agrotóxicos com finalidade de higienização, desinfecção e desinfestação de ambientes domiciliares e coletivos;
3. Realizar treinamento e manter as condições necessárias para o pronto atendimento em intoxicação por agrotóxicos, devendo as unidades de saúde pública, conveniadas e privadas, ter em estoque antídotos apropriados para os primeiros socorros, conforme orientação do Órgão Estadual de Saúde/SUS;
4. Fiscalizar a comercialização, o armazenamento, transporte interno e as condições de aplicação de agrotóxicos seus componentes e afins, no meio urbano e rural, quanto ao aspecto de saúde humana, higiene e segurança do trabalho;
5. Fiscalizar a produção, o comércio, o armazenamento e transporte interno de agrotóxicos empregados na higienização, desinfecção de ambientes domiciliares, públicos e coletivos, no tratamento de água e em campanha de saúde pública.

Além disso, a SESA se comprometeu com a notificação de intoxicações e doenças ocupacionais relacionadas a agrotóxicos, com o PARA e com a Comissão Estadual de Agrotóxicos.

Plano Plurianual 2012-2015 do Estado do Ceará

O Plano Plurianual 2012-2015 do Ceará estabeleceu a meta de implantar o Programa de Populações Expostas às Substâncias Químicas em 96 municípios, com o objetivo de fortalecer o Sistema Estadual de Vigilância Ambiental, reduzindo riscos e danos às pessoas e à coletividade. Para o alcance dessa meta, foram elencadas as seguintes atividades: (1) definição de laboratório para análise do parâmetro agrotóxico em água para o consumo humano; (2) aquisição de equipamentos e insumos para dar suporte às ações; e (3) assessoramento técnico aos municípios.

Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos nos instrumentos de planejamento do Ceará

O Plano Estadual de Ação Conjunta e a versão preliminar da Proposta de Vigilância foram analisados à luz do “*Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*” (Tabela 2). Embora a inserção de metas relacionadas a agrotóxicos no Plano Plurianual 2012-2015 tenha constituído avanço, o Plano Estadual não contempla todas as ações mínimas. Reitera-se, assim, a importância da “*Proposta Estadual de Ações de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*” e sua pactuação na CIB.

Tabela 2 – Análise dos instrumentos de planejamento do Ceará à luz do “*Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*”

Ações Mínimas (item III.2 do Instrutivo)	Plano Estadual de Ação Conjunta	Proposta de Vigilância (preliminar)
Medidas de controle e vigilância em saúde no que se refere à produção, armazenamento, transporte, distribuição, comercialização e utilização e destinação final de agrotóxicos.	Presente	Presente
Caracterização e cadastramento de grupos populacionais em situação de exposição ocupacional ou ambiental a agrotóxicos.	Ausente	Presente
Vigilância dos ambientes e processos de trabalho.	Parcialmente presente	Presente
Monitoramento de resíduos de agrotóxicos em água para consumo humano e em outras matrizes de interesse da saúde.	Parcialmente presente	Presente
Alimentação, monitoramento e análise dos dados dos sistemas de informação com regularidade.	Parcialmente presente	Presente
Promoção de estratégias de educação permanente dos profissionais de saúde.	Ausente	Presente
Informação e comunicação de risco à saúde.	Ausente	Presente

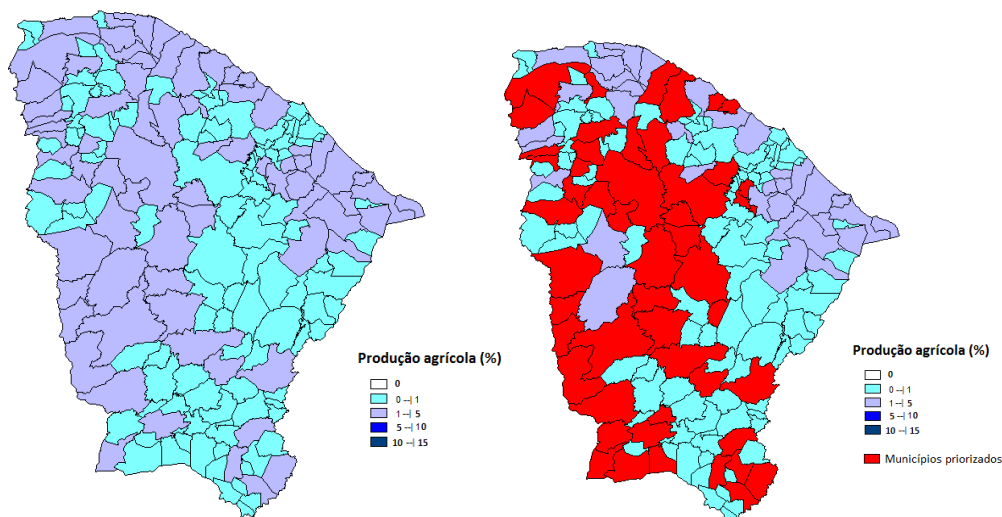
Municípios prioritários no Ceará

A priorização possibilita a otimização de recursos, a qualificação da resposta às demandas e a articulação com movimentos sociais, ampliando o impacto das ações de vigilância, de fiscalização e de controle. Por isso, recomenda-se a priorização de áreas com populações expostas ou potencialmente expostas a agrotóxicos, levando em consideração os seguintes critérios:

- Produção agrícola;
- Consumo de agrotóxicos;
- Tamanho da população exposta ou potencialmente exposta;
- Número de casos de intoxicação exógena por agrotóxicos no SINAN; e
- Monitoramento da água para consumo humano, conforme parâmetros do VIGIAGUA.

Nesse sentido, o Ceará elegeu 50 municípios prioritários para 2014, a partir dos parâmetros: (1) atividade agrícola; (2) existência de perímetro irrigado; (3) relatos e queixas da população; (4) número de casos de intoxicação; (5) existência de revenda de agrotóxicos; (6) resíduos em alimentos; (7) resíduos em água para consumo humano; e (8) destinação das embalagens vazias.

Destacam-se, a seguir, os principais produtores agrícolas e os municípios priorizados pelo Ceará (Figura 4). Como foram utilizados os critérios “número de casos de intoxicação”, “atividade agrícola” e “resíduos em água para consumo humano”, considera-se que as recomendações da CGVAM foram contempladas na priorização, ainda que alguns dos municípios possuam menor percentual de produção agrícola. Destaca-se que o Núcleo de Vigilância Ambiental sinalizou a possibilidade modificação desse quadro, conforme a avaliação precisa da realidade local.

A Percentual de Produção Agrícola**B Municípios priorizados**

Fonte: SIDRA/IBGE, SESA/PR.

Figura 4: Percentual de produção agrícola (a) *versus* municípios priorizados (b) Ceará – 2012.

Por fim, a análise da produção agrícola demonstrou a inexistência de municípios com mais que 5% da produção, pois o Ceará é o quarto estado brasileiro com maior participação da agricultura familiar¹².

Execução de ações de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos

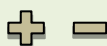
O Núcleo de Vigilância Ambiental enviou informações sobre o andamento da proposta em abril, de modo que o Ceará foi marcado como “*sem informação*” nos mapas de monitoramento elaborados no início do ano. Tendo em vista que a proposta final ainda não foi recebida, a análise da execução das ações tomou como base a versão preliminar e o relatório enviado (Tabela 3).




Tabela 3 – Execução da *Proposta Estadual de Ações de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos* e outras ações de vigilância¹³

AÇÕES PREVISTAS	Status
VIGILÂNCIA AMBIENTAL	+
1. Identificação e priorização de áreas com populações expostas, ou potencialmente expostas, a agrotóxicos;	Em andamento
2. Monitoramento de resíduos de agrotóxicos em água para consumo humano.	Em andamento

¹²FRANÇA, Caio Galvão de; DEL GROSSI, Mauro Eduardo; MARQUES; Vicente P.M. de Azevedo. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. Brasília: MDA, 2009.

¹³ Última atualização em 10/04/2014.

3. Aquisição de GPS para 21 CRES e 184 municípios.	Em andamento
4. Alimentação, monitoramento e análise de dados do SISOLO e SISAGUA.	Executado
5. Organizar curso de coleta, acondicionamento e transporte de amostras de água para o parâmetro agrotóxicos.	Em andamento
6. Contratação de profissional habilitado em química para assessoria técnica.	Em andamento
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	Sem informação
7. Monitoramento de resíduos de agrotóxicos em alimentos.	Em andamento
8. Intensificar a fiscalização.	Sem informação
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Sem informação
9. Intensificar a notificação dos casos de intoxicações.	Sem informação
10. Fortalecer articulação NUAAT/CEREST para identificar agravos à saúde do trabalhador.	Sem informação
11. Alimentação, monitoramento e análise dos dados do SINAN/SIH/SIM/SIAB/CEATOX.	Sem informação
COMUNICAÇÃO	Sem informação
12. Elaboração de folder “ <i>dados e indicadores selecionados – Agrotóxicos</i> ” para os conselhos de saúde e sociedade.	Sem informação
SAÚDE DO TRABALHADOR	Sem informação
13. Vigilância dos ambientes e processos de trabalho.	Sem informação
14. Intensificar a notificação dos casos de intoxicações.	Sem informação
15. Alimentação, monitoramento e análise dos dados do SINAN.	Sem informação
16. Curso sobre protocolos - intoxicações exógenas.	Sem informação
LABORATÓRIO (NUTEC)	
17. Aquisição do material para coleta de amostras.	Em andamento
18. Ministrando treinamento em coleta de amostras de água para análise de agrotóxicos.	Não executado
19. Realizar análise para o parâmetro agrotóxico em água.	Em andamento

20. Realizar análise para o parâmetro agrotóxico em alimentos.	Em andamento
OUTRAS AÇÕES (FORA DO PLANO)	
21. Reunião sobre o Programa de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos.	Executado
22. Apoio à campanha permanente contra agrotóxicos e pela vida – distribuição do filme “O veneno está na mesa” para as todas as Regionais de Saúde e os Municípios.	Executado
23. Elaboração do Plano de Amostragem para a Vigilância da Qualidade da Água quanto ao parâmetro agrotóxicos	Executado
24. Definição da Referência Laboratorial Estadual para a vigilância do parâmetro agrotóxico em água para consumo humano.	Executado
25. Promoção das ações de controle de qualidade da água relacionado ao parâmetro agrotóxico, junto a Companhia de Abastecimento de Água e Esgoto do Ceará e inserção dos dados no SISAGUA.	Em andamento
26. Promoção das Ações do Programa Nacional de Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano – PNCQA/FUNASA	Executado
TOTAL: 06 ações executadas; 10 ações em andamento; 01 ação não executada; 09 ações sem informação.	 

Legenda:

 Excelente  Bom   Regular  Incipiente

Agrotóxicos na água para consumo humano no Ceará

Conforme supracitado, o Ceará incluiu ações de monitoramento de resíduos de agrotóxicos na água para consumo humano em sua proposta. No entanto, como a análise do parâmetro agrotóxico é obrigatória¹⁴, já se executavam essas atividades anteriormente.

Em 2012, apenas 22 municípios cearenses foram monitorados pelo Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano¹⁵. Segundo o Núcleo de Vigilância Ambiental, a baixa cobertura do Controle quanto ao parâmetro agrotóxico ocorreu porque vários municípios não inseriram os dados das análises realizadas no SISAGUA. Já em relação à Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano, de responsabilidade da Secretaria da Saúde, também não houve a inserção de dados no SISAGUA até a publicação do “*Boletim Epidemiológico – Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano no Brasil, 2011/2012*”, da SVS.

¹⁴Brasil. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011. Diário Oficial da União nº3, Seção 1, pág. 43, de 04 de janeiro de 2012.

¹⁵Executado pelo responsável pelo sistema ou por solução alternativa coletiva de abastecimento de água.

Desde então, o Ceará priorizou a Vigilância de Qualidade da Água para Consumo Humano, tendo programado a análise de 2.064 amostras para 2014. Além disso, espera-se avanço nos próximos resultados, visto que foram contempladas ações monitoramento da qualidade da água para consumo humano na proposta estadual.

Considerações finais

Os pontos positivos observados no Ceará foram o registro de notificações no SINAN, regulares e superiores à média regional, e os investimentos no monitoramento de resíduos de agrotóxicos em água pela Vigilância de Qualidade da Água para Consumo Humano. Reconhece-se, então, a atuação da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará na Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos.

Entre os pontos que podem ser melhorados, destaca-se, a dificuldade em se obter informações, o que vem dificultando o acompanhamento do estado. Nesse sentido, a CGVAM aguarda o envio da versão final da proposta estadual, para que o Ceará seja acompanhado de forma mais fidedigna.

Além disso, considera-se oportuno o combate contínuo à subnotificação, já que a notificação é imprescindível ao monitoramento da saúde da população, bem como ao planejamento de ações e às decisões dos gestores. Para isso, sugere-se melhoria nos fluxos reativos, em que as notificações são oriundas de demandas aos serviços de saúde, bem como a busca ativa de casos, identificando, registrando e monitorando populações expostas em prol da efetividade das ações de prevenção, recuperação e promoção à saúde.

Sugere-se, também, a possibilidade de priorização dos municípios elencados a seguir (Tabela 4), por apresentarem produção agrícola razoável e, simultaneamente, um número relevante de registros de intoxicações por agrotóxicos.

Tabela 4 – Municípios não priorizados: produção agrícola e total de intoxicações por agrotóxicos.

Município	Produção Agrícola (2012)	Total de intoxicações por agrotóxicos(2007-2012)
Caucaia	13.709	16
Guaraciaba do Norte	11.094	26
Tianguá	9.387	74
Ubajara	8.930	16

Fonte: SIDRA/IBGE, safra de 2012 e SINAN¹⁶.

¹⁶ Consulta em 17/03/2014.

Por fim, outros pontos podem ser melhorados, como a execução de atividades para além da Vigilância da Qualidade da Água; a aproximação com os Núcleos de Atenção Primária e Atenção à Saúde do Trabalhador; as ações de Promoção à Saúde; e a pactuação da proposta estadual na CIB. O Grupo Técnico de Vigilância em Saúde da Comissão Intergestores Tripartite (GTVS) sugere, ainda, que os estados busquem estratégias para ampliar a participação dos municípios na construção e na implementação das ações.

Cabe à Secretaria da Saúde realizar investigação mais detalhada, a fim de verificar que estratégias de intervenção são adequadas a seu contexto. Respeita-se, portanto, a autonomia administrativa do estado, de modo que os aspectos abordados neste documento são sugestões para a consolidação e o aprimoramento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Ceará.